



Diário Oficial do **Município**

Câmara Municipal de Jussara

sexta-feira, 19 de abril de 2013

Ano III - Edição nº 00041

Câmara Municipal de Jussara publica



Praça Máximo Guedes | Centro | Jussara-Ba

www.cmjussara.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
C148441FC3C5523741C1FBB3CE55D965

Câmara Municipal de Jussara

SUMÁRIO

- Inexigibilidade de Licitação nº 001/2013 - Objeto: Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica (Contratado: Adriano Gonçalves de Queiroz)
- Inexigibilidade de Licitação nº 002/2013 - Objeto: Prestação de Serviços Assessoria e Consultoria Contábil (Contratado: Avilson Araujo Silva)

Câmara Municipal de Jussara

Inexigibilidade



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUSSARA
C.G.C.63.086.599/0001-48**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2013

UNIDADE SOLICITANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUSSARA

OBJETO: Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica

CONTRATADO: ADRIANO GONÇALVES DE QUEIROZ

OAB/BA Nº 16.368 BA

ENDEREÇO: Avenida Francisco Ferreira dos Santos, 103 – Centro – Central - BA

VALOR R\$: 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE, SE JUSTIFICA PELO FATO DA CONTRATAÇÃO POR OFERTAR O PRESENTE O MENOR PREÇO NOS PARÂMETROS PRATICADOS NO MERCADO, CONFORME ORÇAMENTOS ACOSTADOS.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 101 – 2001 – 3390.35.00.00

DIANTE DO EXPOSTO, SOLICITAMOS A V. Exa. A DEVIDA AUTORIZAÇÃO PARA PROCEDER A REFERIDA DESPESA.

Jussara(BA)., 02/01/2013

**Maria Auxiliadora Mendes Soares
1ª SECRETÁRIA**

SUBMETA-SE A ASSESSORIA JURÍDICA PARA APRECIÇÃO.

Jussara(BA);, 02/01/2013

**Ademar Lopes de Carvalho
PRESIDENTE**

Câmara Municipal de Jussara

MATÉRIA: Inexigibilidade de Licitação

OBJETIVO: Contratação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica

RELATÓRIO:

Trata o presente de solicitação de inexigibilidade de licitação para contratação do **SR. ADRIANO GONÇALVES DE QUEIROZ**, OAB/BA Nº 16.368 BA, para Prestação de Serviços Advocatícios (Assessoria e Consultoria Jurídica) para esta Casa Legislativa.

Justifica o Secretário que a manifestação se prende ao fato de se tratar de um melhor preço e boa qualificação de serviços, advindo daí a inviabilidade de competição, que enseja a inexigibilidade.

DAS RAZÕES DO PARECER

Registre-se, ainda, que não se vislumbra no caso *in concreto* frustração alguma ao caráter competitivo da presente contratação, o que conseqüencialmente torna inviável possível competição, estando, portanto, respaldado o presente pedido no art. 25, II, da Lei 8666/93, com a redação introduzida pela lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, cujas normas são transcritas.

“Art. 25- É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição em especial.

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresa de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Câmara Municipal de Jussara

Aludindo a este preceito legal, aduz o mestre J. CRETELLA JUNIOR, *in* das Licitações Públicas (Comentários à Nova Lei Federal 8666/93, de 21 de junho de 1993):

"Inexigibilidade é o mesmo que dispensa, é ordem para não exigir, é proibição de exigir. Assim, não pode a autoridade ordenar a abertura de licitação publicando editais, quando, por exemplo, há inviabilidade de competição(...)"

A vontade da *mens legis* foi permitir que o administrador, frise-se conhecedor da realidade local pudesse utilizar de liberdade para selecionar dentre vários, aquele profissional que melhor conviesse aos serviços, uma vez presentes os requisitos da inexigibilidade.

À vista do texto legal e das razões acima expendidas, esta assessoria está convencida de que o **SR. ADRIANO GONÇALVES DE QUEIROZ** oferece todas as condições necessárias à realização do contrato de prestação dos serviços acima explicitados com esta Câmara, tornando inexigível a licitação nos termos da legislação específica.

Não há, por conseguinte, impedimento de ordem legal para o acolhimento da postulação.

É o nosso parecer.

Jussara(BA)., 02 de janeiro de 2013

Adriano Gonçalves de Queiroz
OAB-BA- 16.368

Câmara Municipal de Jussara



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUSSARA
C.G.C. 63.086.599/0001-48

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2013

Analisado o processo de inexigibilidade licitatório acima referido, delibero pela ratificação do mesmo nos termos do parecer jurídico, para que produza os efeitos legais pertinentes.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Jussara(BA)., 02/01/2013

Ademar Lopes de Carvalho
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Jussara



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUSSARA
C.G.C. 63.086.599/0001-48

AVISO DE PUBLICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2013

A Câmara Municipal de Vereadores de Jussara, no Estado da Bahia, torna público para os que interessarem que foi contratado por inexigibilidade, pelo valor de R\$ 54.000,00 (Cinqüenta e quatro mil reais), o Assessor Jurídico **SR. ADRIANO GONÇALVES DE QUEIROZ** para realizar os Serviços advocatícios, nos termos do art. 25, II, da Lei nº 8.666/93.

Jussara(BA)., 02 de janeiro de 2013

Ademar Lopes de Carvalho
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Jussara

Inexigibilidade



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUSSARA
C.G.C.63.086.599/0001-48**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2013

UNIDADE SOLICITANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUSSARA

OBJETO: Prestação de Serviços Assessoria e Consultoria Contábil

CONTRATADO: AVILSON ARAUJO SILVA

ENDEREÇO: Praça Máximo Guedes, 43 -Centro - CEP 44925-000 - Jussara - BA

VALOR R\$: 44.400,00 (Quarenta e quatro mil e quatrocentos reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE, SE JUSTIFICA PELO FATO DA CONTRATAÇÃO POR OFERTAR O PRESENTE O MENOR PREÇO NOS PARÂMETROS PRATICADOS NO MERCADO.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 101- 2001 - 3390.35.00.00

DIANTE DO EXPOSTO, SOLICITAMOS A V. EXA. A DEVIDA AUTORIZAÇÃO PARA PROCEDER A REFERIDA DESPESA.

Jussara(BA)., 02/01/2013

**Maria Auxiliadora Mendes Soares
1ª SECRETÁRIA**

SUBMETA-SE A ASSESSORIA JURÍDICA PARA APRECIÇÃO.

Jussara(BA)., 02/01/2013

**Ademar Lopes de Carvalho
PRESIDENTE**

Câmara Municipal de Jussara

MATÉRIA: Inexigibilidade de Licitação

OBJETIVO: Contratação de Serviços de Assessoria e Consultora Contábil

RELATÓRIO:

Trata o presente de solicitação de inexigibilidade de licitação para contratação do **SR. AVILSON ARAUJO SILVA**, CRC/BA N° 09518/O-1 BA, para Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil para esta Casa Legislativa.

Justifica o Secretário que a manifestação se prende ao fato de se tratar de um melhor preço e boa qualificação de serviços, advindo daí a inviabilidade de competição, que enseja a inexigibilidade.

DAS RAZÕES DO PARECER

Registre-se, ainda, que não se vislumbra no caso *in concreto* frustração alguma ao caráter competitivo da presente contratação, o que conseqüencialmente torna inviável possível competição, estando, portanto, respaldado o presente pedido no art. 25, II, da Lei 8666/93, com a redação introduzida pela lei n° 8.883, de 08 de junho de 1994, cujas normas são transcritas.

“Art. 25- É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição em especial.

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresa de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Câmara Municipal de Jussara

Aludindo a este preceito legal, aduz o mestre J. CRETELLA JUNIOR, *in* das Licitações Públicas (Comentários à Nova Lei Federal 8666/93, de 21 de junho de 1993):

"Inexigibilidade é o mesmo que dispensa, é ordem para não exigir, é proibição de exigir. Assim, não pode a autoridade ordenar a abertura de licitação publicando editais, quando, por exemplo, há inviabilidade de competição(...)"

A vontade da *mens legis* foi permitir que o administrador, frise-se conhecedor da realidade local pudesse utilizar de liberdade para selecionar dentre vários, aquele profissional que melhor conviesse aos serviços, uma vez presentes os requisitos da inexigibilidade.

À vista do texto legal e das razões acima expendidas, esta assessoria está convencida que o **SR. AVILSON ARAUJO SILVA** oferece todas as condições necessárias à realização do contrato de prestação dos serviços acima explicitados com esta Câmara, tornando inexigível a licitação nos termos da legislação específica.

Não há, por conseguinte, impedimento de ordem legal para o acolhimento da postulação.

É o nosso parecer.

Jussara(BA)., 02 de janeiro de 2013

Adriano Gonçalves de Queiroz
OAB-BA- 16.368

Câmara Municipal de Jussara



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUSSARA
C.G.C. 63.086.599/0001-48

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2013

Analisado o processo de inexigibilidade licitatório acima referido, delibero pela ratificação do mesmo nos termos do parecer jurídico, para que produza os efeitos legais pertinentes.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Jussara(BA)., 02/01/2013

Ademar Lopes de Carvalho
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Jussara



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUSSARA
C.G.C. 63.086.599/0001-48

AVISO DE PUBLICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 002/2013

A Câmara Municipal de Vereadores de Jussara, no Estado da Bahia, torna público para os que interessarem que foi contratado por inexigibilidade, pelo valor de R\$ 44.400,00 (Quarenta e quatro mil e quatrocentos reais), ao **SR. AVILSON ARAUJO SILVA** para realizar os Serviços Assessoria e Consultoria Contábil, nos termos do art. 25, II, da Lei nº 8.666/93.

Jussara(BA)., 02 de janeiro de 2013

Ademar Lopes de Carvalho
PRESIDENTE